

10/04/2018

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 128.063 PARANÁ

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S)	: DIMAS FERNANDO CARRARO
PACTE.(S)	: JORGE NOGUEIRA MAXIMO
PACTE.(S)	: LEILA CHRISTIANI DE SOUZA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS – RECURSO EXTRAORDINÁRIO – ÓBICE – INEXISTÊNCIA. Descabe apontar que, em tese, o ato atacado mediante o *habeas* o seria na via do extraordinário, para assentar, com isso, inadequada a impetração.

DESCAMINHO – TRIBUTO – VALOR – INSIGNIFICÂNCIA – ALCANCE. Descabe, em Direito, confundir institutos, vocábulos e expressões. O que previsto na Lei nº 10.522/2002 e em portaria do Ministério da Fazenda não alcança a persecução criminal a cargo do Ministério Público.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em indeferir a ordem, nos termos do voto do relator e por maioria de votos, em sessão presidida pelo Ministro Alexandre de Moraes, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 10 de abril de 2018.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR

HC 128063 / PR

10/04/2018

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 128.063 PARANÁ

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S)	: DIMAS FERNANDO CARRARO
PACTE.(S)	: JORGE NOGUEIRA MAXIMO
PACTE.(S)	: LEILA CHRISTIANI DE SOUZA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto, como relatório, as informações prestadas pela assessora Dra. Mariana Madera Nunes:

Os pacientes foram denunciados ante a suposta prática do delito previsto no artigo 334, cabeça (descaminho), do Código Penal, por haverem introduzido, em território nacional, mercadorias estrangeiras, sem o recolhimento dos tributos devidos, calculados em R\$ 14.364,51. O Juízo Federal da Segunda Vara Criminal da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu/PR, no processo nº 5003115-52.2011.404.7002, destacando que o valor do débito fiscal não ultrapassou o limite fixado por meio da Portaria nº 75/2012 do Ministério da Fazenda, absolveu sumariamente os acusados. Fez incidir o princípio da insignificância, assentando a atipicidade da conduta.

O Ministério Público Federal interpôs apelação no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sustentando a inadequação, ao caso, do princípio da bagatela. A Oitava Turma desproveu o recurso. Entendeu ser inadmissível atribuir concomitantemente irrelevância administrativa à conduta e considerá-la lesiva e penalmente punível. Concluiu que, em virtude do novo parâmetro estabelecido pela Portaria do

HC 128063 / PR

Ministério da Fazenda para o ajuizamento de ações fiscais, faz-se necessário o reconhecimento da retroatividade da lei em benefício dos réus.

Em recurso especial, reiterou-se a argumentação expendida, sublinhando-se que portaria não poderia sobrepor-se à norma versada no artigo 334 do Código Penal. O Vice-Presidente do Regional declarou-o prejudicado, afirmando a multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito. O Ministério Público protocolou agravo regimental, que ensejou a admissão do especial.

No Superior Tribunal de Justiça, o Relator acolheu o pedido do Ministério Público Federal formalizado no recurso especial nº 1.399.445/PR, determinando o retorno do processo ao Juízo e o prosseguimento da ação penal. Ressaltou que o acórdão recorrido está em confronto com a jurisprudência dominante do Tribunal, a qual tem afastado a observância do princípio da insignificância quando o valor da elisão fiscal nos crimes de descaminho ultrapassa R\$ 10.000,00. Consignou que a alteração trazida pela Portaria nº 75/2012 não produz efeitos na esfera penal, a exigir a modificação legislativa. A Quinta Turma negou provimento ao agravo regimental, mantendo a determinação de sequência do processo-crime.

A Defensoria Pública da União sustenta a necessidade de fazer incidir na espécie o princípio da insignificância. Argumenta ter havido mínima lesão ao bem jurídico tutelado, situação apta a afastar a adequação típica. Frisa que o montante dos tributos devidos não ultrapassou o limite fixado pela Portaria nº 75/2012.

Requer seja restabelecida a sentença do Juízo que implicou a absolvição dos pacientes, ante a observância do princípio da bagatela.

HC 128063 / PR

A Procuradoria-Geral da República opina pela inadmissão do *habeas*, dizendo-o substitutivo de recurso extraordinário, e, sucessivamente, pelo indeferimento da ordem.

Lancei visto no processo em 26 de março de 2018, liberando-o para exame na Turma a partir de 10 de abril seguinte, isso objetivando a ciência da impetrante.

É o relatório.

10/04/2018

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 128.063 PARANÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Percebam a via afunilada do recurso extraordinário. Pressupõe a adoção de entendimento contrário ao texto constitucional e a presença de tema com repercussão geral. Como então dizer que a adequação em tese obstaculiza esta ação nobre, o *habeas corpus*? Rejeito a preliminar suscitada pela Procuradoria-Geral da República, porquanto ressoa como verdadeira autodefesa considerada a avalanche de processos.

Há de observar-se o princípio da legalidade estrita. Lei versando executivo fiscal não repercute no campo penal, devendo-se adotar o mesmo entendimento, com maior razão, relativamente a portaria do Ministério da Fazenda. Consoante disposto no artigo 935 do Código Civil, as responsabilidades civil e penal são independentes. Somente ocorre repercussão considerada decisão em processo-crime em que declarada a inexistência do fato ou da autoria.

Afasto a possibilidade de cogitar de atipicidade da conduta ante a insignificância do valor devido. Tenha-se presente que envolveu tributo não recolhido no importe de R\$ 14.364,51. Mais do que isso, está-se diante da proteção do erário público, não se podendo adotar postura conducente a levar à sonegação fiscal. A tanto equivale dizer-se que é atípico o ato quando a sonegação, decorrente do descaminho, atinge substancial valor.

Indefiro a ordem.

10/04/2018

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 128.063 PARANÁ

VOTO

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Senhor Presidente, eminente Defensoria Pública, Senhor Subprocurador-Geral da República.

No primeiro momento, acompanho o eminente Relator no que tange à preliminar. Superamos, aqui, na Turma, pela sua jurisprudência prevalecente, o não conhecimento de *habeas corpus* quando substitutivo de recurso extraordinário. Justamente pela razão, enfatizada pelo eminente Relator, da via afunilada do recurso extraordinário.

Então, tal como o Relator, eu conheço do *habeas corpus*.

Quanto ao tema de fundo, está a se discutir descaminho. Com relação ao descaminho, quando não observado ou quando inferior o valor do imposto elidido ao montante previsto na portaria – ou seja, vinte mil reais –, eu tenho entendido que se configura hipótese de atipicidade de conduta, decorrente da compreensão de que se trata de crime de bagatela.

O tema tem retornado em inúmeras oportunidades. Entendo que ele realmente possui muito relevo, mas observo que a decisão do STJ não afastaria o princípio da bagatela se o valor dos impostos não superasse dez mil reais.

Entendo eu que, de qualquer sorte, esse valor de dez ou vinte mil reais, independentemente da fonte normativa que o fixou, é um mero parâmetro. É para definirmos afinal o que é bagatela, onde incide o princípio da insignificância.

Lembro-me de um dos primeiros julgamentos de que participei na Primeira Turma, o processo era de relatoria do Ministro Luiz Fux. Vinha a debate o furto de uma bandejinha com uma costela no valor de dezenove reais. Nunca me esqueci, eram dezenove reais. E a grande discussão se fez em torno de ser ou não aplicável o princípio da insignificância, bem como de se tratar ou não de hipótese de atipicidade da conduta.

Sem dúvida, entre os dezenove reais da bandejinha de costela e um valor de impostos correspondente a dez ou vinte mil reais, vai uma larga

HC 128063 / PR

distância. Mas, como eu tenho julgado nesta linha e como os antecedentes, que, para mim, são relevantes a partir especificamente do que foi agora dito da tribuna, inclusive a descaracterização de um dos registros, justamente a partir do parecer do Ministério Público, que leva a que se conclua pela extinção da punibilidade com relação ao que seria um delito anterior de descaminho, eu peço vênia ao eminente Relator para deferir a ordem no sentido da absolvição dos pacientes ou do trancamento. Desde logo, seria o trancamento da ação penal.

É assim que voto, Presidente.

10/04/2018

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 128.063 PARANÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (PRESIDENTE)

Eu conheço do *Habeas Corpus*, mesmo substitutivo de recurso extraordinário, e, pedindo vênia à divergência, acompanho integralmente o Ministro Marco Aurélio.

Além da argumentação posta por Sua Excelência de que qualquer alteração na questão judicial, no cível, não afeta, nesse aspecto, a questão penal, é importante colocar que a Lei 10.522/2002, quando tratou dessa questão e permitiu – foi ela que permite – a Portaria 75, não renunciou ao direito de executar.

Aqui, é uma estratégia – a meu ver, lamentável; e explico depois por que lamentável – de recuperação dos créditos fiscais, tanto que o art. 1º, § 6º, da própria Portaria 75, de 22 de março de 2012, permite e autoriza que, quando demonstrado o elevado potencial de recuperabilidade do crédito, é possível o ajuizamento. Ou seja, foi uma estruturação estratégica para se cobrar, ou não, aquilo que poderia ter mais chance de recuperabilidade.

Agora, por que, a meu ver, continua crime e, mais do que isso, demonstrou-se uma estratégia errônea da Fazenda Pública? Porque nós – nós enquanto país –, estamos, a partir desse entendimento do Fisco, ampliando verdadeiras quadrilhas de contrabando, que recrutam pessoas sem antecedentes, exatamente para que, não tendo antecedentes e com o valor máximo fixado na Portaria, as pessoas tragam as coisas e, conseqüentemente, extinguindo-se a punibilidade ou reconhecendo a atipicidade, elas continuam sem antecedentes e continuam a fazer parte desse círculo vicioso do contrabando. Lembrando que, aqui, o crédito de 14.364 é o crédito tributário, não é o valor das mercadorias.

Hoje, um dos grandes problemas do Brasil é exatamente o contrabando, só o contrabando de cigarro dá um prejuízo de 31 bilhões por ano aos cofres públicos. E o que ocorre com essa possibilidade, com a devida vênia dos entendimentos contrários, de se permitir até 10, até 20, é o princípio da insignificância, é crime de bagatela, o que está ocorrendo é

HC 128063 / PR

que grandes quadrilhas acabam, como vêm fazendo, ampliando a sua atuação em formiguinhas, que realizam o contrabando.

Então, por essas considerações, por entender que o crime de descaminho não está sujeito às condições procedimentais de natureza administrativa, por entender que a legislação ainda permite, como citado, a cobrança administrativa e, se entender que há possibilidade de recuperação, permite a cobrança judicial, ou seja, não houve aqui uma renúncia do Fisco, entendo que continua sendo crime, independentemente do valor.

Por essas considerações, novamente pedindo vênias à divergência, acompanho o Ministro-Relator.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 128.063

PROCED. : PARANÁ

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

PACTE.(S) : DIMAS FERNANDO CARRARO

PACTE.(S) : JORGE NOGUEIRA MAXIMO

PACTE.(S) : LEILA CHRISTIANI DE SOUZA

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S) (ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, denegou a ordem, nos termos do voto do Relator, vencida a Ministra Rosa Weber. Falou a Dra. Tatiana Melo Aragão Bianchini, Defensora Pública Federal, pelos Pacientes. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Luís Roberto Barroso. Ausente, justificadamente, o Ministro Luiz Fux. Presidência do Ministro Alexandre de Moraes. Primeira Turma, 10.4.2018.

Presidência do Senhor Ministro Alexandre de Moraes. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Rosa Weber e Luís Roberto Barroso. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Luiz Fux.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma